

OS SURDOS TAMBÉM FALAM?: ASPECTOS SOBRE LÍNGUA DE SINAIS/ CULTURA SURDA PARA ESTUDANTES OUVINTES DE LIBRAS COMO SEGUNDA LÍNGUA

DO DEAF PEOPLE SPEAK TOO?: ASPECTS ON SIGN LANGUAGES/ DEAF CULTURE FOR STUDENTS LISTENERS OF BRAZILIANS SIGN LANGUAGE (LIBRAS) AS A SECOND LANGUAGE

Bruno Gonçalves Carneiro¹

RESUMO

Uma proposta intercultural no ensino de línguas não apenas conduz o aluno ao reconhecimento do outro, mas a uma proposta dialógica possível. Conhecê-lo para assim conhecer-se; lidar com situações de forma empática, o que possibilita um intercâmbio entre os interessados e se veja outros modos de entender o mundo (CASAL, 1999). O presente artigo discute sobre línguas de sinais/ cultura surda e a abordagem do tema numa fase inicial de aprendizagem. Esteriótipos ainda permeiam as línguas de sinais e o surdo, fator complicador que interfere negativamente no processo de aprendizagem da libras como segunda língua por estudantes ouvintes (LEITE; MCCLEARY, 2009). As línguas de sinais são de modalidade gestual-visual. Suas palavras são produzidas pelo movimento das mãos, do corpo e expressões faciais, além de serem percebidas pela visão (MEIER, 2002). Ser surdo é pertencer a uma comunidade que faz significação de mundo a partir da diferença, longe do paradigma da deficiência. Os termos surdo-mudo, mudo, mudinho são pejorativos; representam a idéia da pessoa ouvinte como padrão de normalidade. Falar não se limita ao uso da língua oral; diz respeito à produção do falante que deve ser sempre analisada na relação de interação, independente da língua e da modalidade.

Palavras - chave: Interculturalidade. Ensino de Libras. Cultura surda

ABSTRACT

Intercultural proposal in language teaching not only leads to recognition of the other, but to a possible dialogical proposal. Knowing it in order to know oneself, dealing with situations in an empathic way, which allows an exchange between the interested parties and other ways of understanding the world (CASAL, 1999). This article discusses sign languages / deaf culture and the approach of the topic in an early stage of learning. Stereotypes still permeate sign languages and the deaf, a complicating factor that negatively interferes with the process of learning libras as second language by listening students (LEITE; MCCLARY, 2009). The sign language is a gestual-visual modality. His words are produced by the movement of hands, body and facial expressions, as well as being perceived by eyes (MEIER, 2002). Being deaf is belong a community that makes meaning of the world out of difference, away from the paradigm of disability. The terms deaf-mute and mute are pejorative; represent the idea of the hearing as a standard of normality. Speaking is not limited to the use of oral language, it refers to the production of the speaker that must always be analyzed in the relationship of interaction, regardless of language and modality.

¹ Professor da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional, no curso de Letras Libras. Mestre e Doutorando em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás. Email: brunocarneiro@uft.edu.br

Key words: Interculturality. Teaching of libras. Deaf culture

INTRODUÇÃO

A língua de sinais utilizada nos centros urbanos do Brasil – a libras - é uma língua de complexidade e atributos comparáveis a qualquer outro sistema dessa natureza. No campo dos estudos linguísticos já se reconhece sua legitimidade, embora as pesquisas descritivas ainda sejam escassas. Por outro lado, esse *status* ainda é desconsiderado principalmente na implementação de políticas linguísticas, educacionais e de acessibilidade envolvendo os surdos brasileiros, que muitas vezes não tem assegurados os direitos à sua língua e cultura. Os motivos para tal entrave são diversos, mas, certamente, uma das causas é a insistência da sociedade majoritária em enxergar deficiência no surdo, desprezando sua forma de significar o mundo.

Os surdos brasileiros conquistaram o reconhecimento legal de sua língua, um patrimônio imaterial. Conquistaram também o direito experienciar e significar os fenômenos à volta a partir da diferença surda, de interagir com seus pares e com os demais integrantes da sociedade em sua perspectiva, de estudar a sua língua, de produzir artefatos culturais surdos e, principalmente, de proporcionar isso às novas gerações de surdos. Com a língua de sinais, os surdos podem usufruir de direitos constitucionais fundamentais, como a educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, porque todos eles perpassam pela língua em uso. Resgatam também o direito à participação, com a garantia da presença de tradutores e intérpretes de libras e ouvintes sinalizadores em diversas atividades da vida cotidiana, onde estabelecemos as nossas relações sociais.

Dessa forma, a libras ganha visibilidade em todo território nacional e os surdos, cidadãos brasileiros, passam a conquistar e a ocupar espaços outrora inimagináveis. Assim, os surdos e as línguas de sinais permeiam o cotidiano social, adentrando em contextos dos mais diversos: educacionais, laborais, culturais e outros. Por isso, é necessário promover discussões e reflexões sobre a diferença surda, abrangendo também o nível local (CARNEIRO; LEÃO; MIRANDA, 2019).

De acordo com Leite (2004), o ensino de uma língua minoritária, como segunda língua, ao universo majoritário talvez nunca foi tão importante para uma comunidade de fala como é o caso do ensino da libras para ouvintes. Quanto mais pessoas se apropriarem da

libras, mais os surdos serão beneficiados, pois permitirá a emergência de uma interação em língua de sinais numa proporção cada vez mais satisfatória.

Leite e McCleary (2009) também mencionam a necessidade de frentes de profundas transformações, com impacto direto na vida do surdo, no que diz respeito à garantia de igualdades de condições. Fato este que se mostra consoante com a necessidade de um ensino de libras que contemple a transmissão de aspectos culturais da surdez. Segundo os autores,

no âmbito familiar, por exemplo, surge a necessidade de programas de orientação aos pais de crianças surdas com o objetivo de romper com o estigma social sobre a surdez e sobre a libras, destacando o papel dessa língua como único meio natural de comunicação e socialização de seus filhos surdos. No âmbito escolar, surge a necessidade de implantação do ensino da libras como primeira língua para o aluno surdo, bem como do ensino das diversas matérias curriculares por intermédio dessa língua. Por fim, no âmbito das instituições prestadoras de serviços (i.e. hospitais, bibliotecas, museus, entre outras), surge a necessidade de criação de condições de acessibilidade ao público surdo por meio da contratação de intérpretes qualificados de libras/português e da capacitação de funcionários em libras (LEITE; MCCLEARY, 2009, p. 224).

A par de tais transformações, o ensino de libras como segunda língua assume uma parcela de imensa responsabilidade em convidar a sociedade ao amadurecimento, a enxergar a surdez sob a ótica cultural e não patológica.

Nesse sentido, o presente artigo objetiva trazer uma breve discussão em torno das línguas de sinais e da cultura surda, a fim de proporcionar reflexões sobre esse tema aos estudantes ouvintes de libras como segunda língua, em uma fase inicial de aprendizagem. Este trabalho justifica-se pelo fato de que muitos mitos e estereótipos ainda permeiam as línguas de sinais e o surdo. Ainda de acordo com Leite e McCleary (2009), tais equívocos são fatores complicadores que interferem negativamente no processo de aprendizagem da libras.

POR UMA POSTURA INTERCULTURAL

Ninguém faz significação de mundo no vácuo. Todos nós adquirimos nossas identidades culturais por meio da interação e por intermédio de artefatos simbólicos, dentre eles a língua. Nós nos constituímos de valores, adquiridos através dos contatos que estabelecemos ao longo da vida.

A língua, estrutura simbólica, complexa e elaborada, guia nossa atividade mental, organiza os nossos pensamentos, permite que expressemos nossas vontades, intenções e, principalmente, elabora a nossa visão de mundo. É através da língua que enxergamos os

fenômenos à nossa volta. Além disso, o processo de interação nos caracteriza como seres sociáveis, já que a língua nasce e se estabelece na relação entre nós e o mundo criado (CASAL, 1999). Desta forma, língua não é apenas um meio pelo qual nos constituímos culturalmente. A língua é a expressão máxima da cultura.

Nesse sentido, a língua se configura como uma espécie de lente que nos capacita a distinguir o outro e a nos reconhecer enquanto sujeitos culturais. Desta forma, há uma relação intrínseca entre língua, cultura e identidades. Segundo Rajagopalan (2006), o falante é um ser real, participante de uma rede de relacionamentos também reais, incorporado a um contexto ilimitado. Edifica suas identidades na língua e, através dela, contrai sua fluidez, mesclagem e atividade.

Em alguma medida, é esperado que sejamos etnocêntricos, já que enxergamos o mundo a partir de nossas lentes culturais. De alguma forma, nos colocamos como “padrão ouro” de comportamento e, por meio desse comportamento, categorizamos e analisamos o mundo à nossa volta. Um exemplo é em relação à alimentação. Em geral, nós brasileiros estranhamos quando nos deparamos com a imagem de um jovem asiático comendo escorpião, pelo menos num primeiro momento. Mas, se considerarmos que essa pessoa cresce em um ambiente em que o entorno produz e reproduz essa prática, comer escorpião passa a ser um valor naturalizado. Ou seja, na perspectiva do outro, comer escorpião é normal.

Os mexicanos possuem um valor cultural que difere dos brasileiros, em relação à língua em uso. Nós brasileiros, quando estamos passando alguma instrução para alguém, comumente usamos a expressão em português “Você me entendeu?”. Neste caso, o interlocutor assume a responsabilidade de entender a explicação pronunciada. No caso dos mexicanos, em situação semelhante, é comum o uso da expressão em espanhol “me explico?”. Neste caso, não é o interlocutor que assume a responsabilidade de entender a explicação, mas sim o enunciador em se fazer entendido. Assim, mexicanos e brasileiros possuem valores culturais distintos, nesse aspecto da língua em uso.

As diferenças culturais também se manifestam na gramática das línguas. O léxico de determinada língua revela como uma comunidade de fala faz um recorte da realidade objetiva. Isso evidencia aspectos culturais e identitários específicos de um povo. No português, por exemplo, os substantivos podem ser categorizados em masculinos e femininos, formando assim um sistema de gênero, pois essa marcação se reflete em outros elementos do sintagma nominal. É interessante observar que isso acontece inclusive em substantivos que dizem respeito a referentes inanimados. A libras é diferente do português. A marcação de masculino

e feminino na libras acontece apenas em substantivos que dizem respeito a referentes animados, é opcional e não forma um sistema de gênero (CARNEIRO, 2017).

Mas, infelizmente, práticas sociais preconceituosas cristalizam uma concepção de mundo que desconsidera a diversidade como característica básica dos indivíduos (FERNANDES, 2006). Quando se pressupõe que todos têm que ser idênticos uns aos outros, aqueles que não se enquadram na igualdade almejada são situados “fora do mundo” social. E assim, surgem ideias equivocadas de línguas/ culturas melhores e línguas/ culturas piores.

Ainda de acordo com Fernandes (2006), a sociedade parece se conceber enquanto grupo homogêneo, constituído de pessoas “normais”, cujo conceito de normalidade se faz a partir de padrões estéticos e produtivos que desconsideram a existência singular dos seres. Toda a ideia de identidade, produzida pelo social, está permeada nessa normalidade.

Segundo Silva (2000), a normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais, as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável e única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade.

Mas, todos os sujeitos são diferentes uns dos outros, apesar de fazerem parte de um conjunto humano com inúmeras semelhanças e, especialmente, da premência da igualdade de condições. Diferença não significa inferioridade e desqualificação; ao contrário, é condição para a riqueza de expressões humanas (FERNANDES, 2006). Por isso, há o desafio em compreendermos que existem outras formas de se posicionar no mundo. Essas formas são legítimas, como qualquer outra forma. Assim, precisamos sair de uma postura etnocêntrica, num primeiro momento, para adotarmos uma postura intercultural, a legitimar o outro em suas diferentes formas de expressão.

No contexto intercultural de ensino de línguas, língua e cultura são inseparáveis. Não se apaga os sujeitos que são usuários dessa ferramenta, objeto de aprendizagem. Os falantes compartilham crenças, valores, diferenciam-se em múltiplos desdobramentos identitários e apresentam manifestações plurais diversas, inclusive linguísticas, motivados sócio-histórico-culturalmente. Logo, uma proposta intercultural não apenas conduz ao reconhecimento do outro, em suas múltiplas expressões, mas a uma proposta dialógica. Conhecê-lo para assim

conhecer-se; encarar e lidar com situações de forma empática, o que possibilita a promoção de um intercâmbio entre os interessados e se veja outros modos de entender o mundo (CASAL, 1999). No caso do ensino de línguas minoritárias e, especificamente no ensino da libras como segunda língua para estudantes ouvintes, é imprescindível adentrar no universo surdo; descobrir quem são estes sujeitos culturais e múltiplos em suas identidades.

Assim, considerando essa relação intrínseca entre língua e cultura, o aprendizado de uma segunda língua faz com que enxerguemo-nos como sujeitos culturais. Figueiredo (2007, p. 49) menciona que este processo oportuniza o aluno a se ver diante de “oportunidades singulares que poderão guiá-lo ao reconhecimento de tudo aquilo que direciona suas próprias atitudes”. Além disso, se adotarmos a idéia de que há um mundo por detrás da língua e da necessidade de compreendermos contextos culturais para, enfim, decodificarmos certas mensagens, reconhecemos que este processo também prepara o aluno a considerar o outro que se diferencia dele (FIGUEIREDO, 2007).

MODALIDADE DAS LÍNGUAS DE SINAIS

Atualmente, temos conhecimento de que há mais de 7000 línguas vivas no mundo². Essas línguas são diferentes umas das outras, ou seja, cada língua possui um padrão específico de organização. Dentre essas línguas, 144 são línguas de sinais, também diferentes umas das outras. Isso evidencia que os aspectos léxico-gramaticais das línguas são individuais e se materializam de forma ampla e diversa.

É recente a constatação de que há, pelo menos, duas modalidades de línguas: línguas de modalidade oral-auditiva, que se refere às línguas faladas e línguas de modalidade gestual-visual, que diz respeito às línguas sinalizadas³.

Segundo Meier (2002), o termo modalidade refere-se à maneira como a língua é produzida e percebida pelo falante, no aspecto físico e orgânico. As palavras nas línguas sinalizadas são formadas a partir da ação de articuladores localizados externamente no corpo. Os articuladores movem-se explicitamente no espaço, são grandes, visíveis e os locais de articulação estão distantes uns dos outros. No caso das línguas orais, os sons surgem pela ação

² Informação disponível em www.ethnologue.com

³ Existem surdos que são cegos. Neste caso, algumas pessoas surdo-cegas possuem o tato como principal meio sensorial de comunicação. Para detalhes sobre um relato de experiência na surdo-cegueira, ver Coelho (2019). Disponível em

https://www.researchgate.net/publication/332865266_Lingua_de_Sinais_Identidades_e_Cultura_Surda_no_Tocantins_-_Volume_I. Acessado em 11 de junho de 2019.

de articuladores internos ao falante, ocultos na cavidade oral e estão relacionados à respiração. Há o uso de articuladores motores refinados e os locais de articulação do sistema fonético-fonológico estão bem próximos. Ainda em relação às especificidades de produção em línguas de modalidade gestual-visual e oral-auditiva,

[p]odemos fazer uma proposta específica que diz respeito à maior amplitude do canal visual: para termos uma noção, compare a capacidade de transmissão necessária para regular um telefone e um videofone. Maior amplitude é exigida para transmitir um sinal videofônico adequado, em relação ao sinal para uma conversa num telefone padrão. A sugestão é que, a todo instante, mais informação fica disponível aos olhos que aos ouvidos, embora nas duas modalidades apenas uma fração daquela informação é linguisticamente relevante (MEIER, 2002, p. 10).

Para a percepção das línguas sinalizadas, o sinalizante deve estar no campo visual do seu interlocutor, já que a articulação gestual é objeto de percepção. A fixação do olhar de quem percebe a sinalização se dá principalmente na região da face daquele que sinaliza, porque muitos sinais são ali articulados, o que exige maior acuidade visual nessa área (MEIER, 2002). Quadros e Souza (2008, p.174) pontuam ainda que

[o] estabelecimento do olhar é um acontecimento que faz parte da língua de sinais. Os surdos estabelecem o olhar para conversarem uns com os outros. Quem está olhando para quem, determina quem está dizendo o quê e quem são os interlocutores entre os surdos.

Ferreira (2010) propõe um sistema de coordenadas tridimensional a abranger o espaço, onde são produzidos os sinais nas línguas sinalizadas, cujos eixos são $-100 \leq x \leq 100$; $0 \leq y \leq 100$ e $-10 \leq z \leq 80$. O eixo x corresponde à distância dos braços abduzidos com cotovelos em extensão, o eixo y à distância da cintura a um ponto logo acima da cabeça e o z corresponde à extensão entre o corpo do sinalizante e ponto extremo das mãos, quando o ombro está fletido em 90°. A autora denomina este esquema de Triedro Egocêntrico⁴ (Figura 1).

A figura 1 mostra que o corpo do sinalizante e seu entorno são espaços fisicamente utilizados para a representação e explorados de forma produtiva, em diversos níveis de organização das línguas de sinais.

⁴ Sandra Patrícia Faria do Nascimento (2009) amplia o Triedro Egocêntrico para um globo, quando discute a organização dos pontos de articulação da língua de sinais brasileira. Sua proposta sustenta-se no argumento de que as mãos, articuladores da língua de sinais brasileira, têm flexibilidade contínua de deslocamento circular em torno do corpo. Para detalhes, ver sua tese de doutoramento *Representações lexicais da língua de sinais brasileira: uma proposta lexicográfica*.

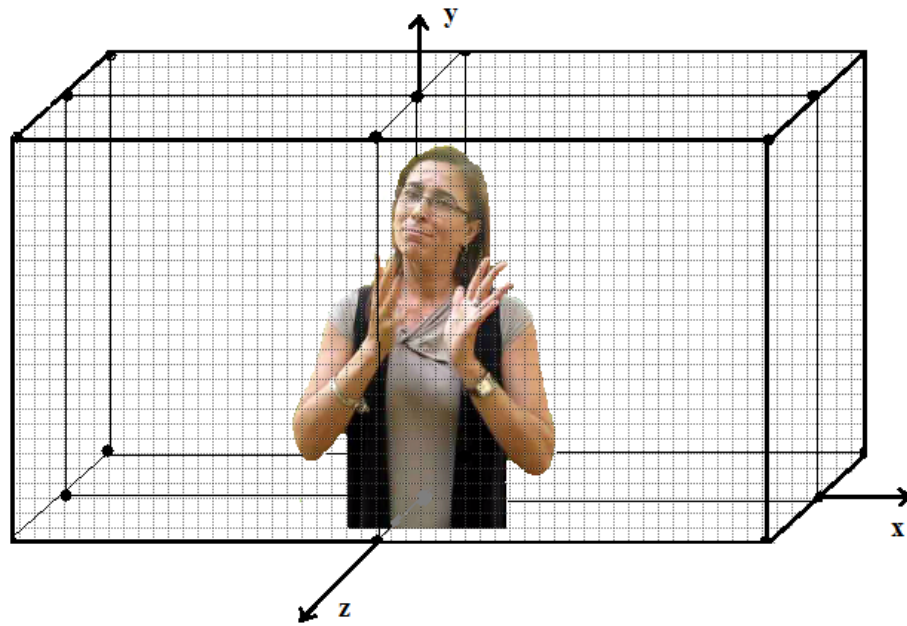


Figura 1 – Triedro Egocêntrico

Fonte: Carneiro (2012)

Assim, o português, o inglês e o apinajé são exemplos de línguas de modalidade oral-auditiva, ou simplesmente línguas orais. Isso nos informa que os signos linguísticos destes sistemas são baseados no som. Considerando a condição física das pessoas surdas (são surdas!), elas não adquirem uma língua oral espontaneamente, sem esforço, inviabilizado pela modalidade de percepção (QUADROS, 1997). Sendo a língua um fenômeno exclusivo da espécie humana, os surdos também produzem, desenvolvem e compreendem-na (de forma natural e espontânea), só que de outra modalidade. Não percebendo os signos linguísticos pela audição, os surdos captam informações, dados linguísticos, fazem significação de mundo a partir da visão. Possuem uma língua de modalidade gestual-visual.

De acordo com Quadros e Sutton-Spence (2006), os surdos se caracterizam pelo bilinguismo/ multiculturalismo, por se constituírem a partir de línguas de sinais, identidades e cultura surda (numa dimensão que escapa às fronteiras nacionais) e por compartilharem traços de suas nacionalidades, comuns a surdos e ouvintes.

No contexto dos centros urbanos do Brasil, os surdos são usuários de libras e português⁵. A língua portuguesa, mesmo de modalidade oral-auditiva, é também uma língua do sujeito surdo: uma segunda língua, numa outra modalidade. A forma como os surdos se

⁵ Somos cientes de que o Brasil é um país plurilíngue, inclusive com outras línguas de sinais e variação linguística da libras, conforme discutido por Leite e Quadros (2013). Além disso, numa perspectiva de globalização, o sujeito tende a intercambiar produtos e serviços utilizando-se de línguas estrangeiras.

manifestam em português é também uma maneira legítima de expressão, com suas marcas culturais. Dessa forma, a suposta dificuldade da pessoa surda em língua portuguesa passa a ser vista dentro de um fenômeno que contempla uma série de especificidades (CARNEIRO, 2018).

AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

De acordo com Quadros (1997), crianças surdas, filhas de pais surdos, adquirem a língua de sinais da mesma maneira que crianças ouvintes, filhas de pais ouvintes, adquirem a língua falada. Esse processo se dá de forma rápida, espontânea e passa pelas mesmas etapas de aquisição. Isso mostra que os mecanismos envolvidos para aquisição da língua não são específicos para a fala e a audição, como muitas pessoas pensam. Ainda assim, muitos concebem os surdos como possuidores de problemas na faculdade de linguagem; um mito deprimente.

Dentre as crianças surdas, 90% são filhas de pais ouvintes e estes pais, segundo Silva (2008), conjuntamente à ausência de experiência com a surdez, enquanto diferença humana, enfrentam vários obstáculos em relação ao desenvolvimento dessas crianças, sendo um deles a dificuldade de comunicação, implicando num conflitante processo de socialização da criança surda, ainda dentro de casa.

Pelo fato de ser ouvinte, é esperado que, inicialmente, a família, em particular a mãe, privilegie a fala, forma habitual de interação na sociedade ouvinte. No entanto, Brito (1999) menciona a utilização, por parte dos genitores, de sistemas manuais de comunicação, dentre os vários fatores que podem facilitar o desenvolvimento da interação social da criança surda.

Infelizmente, segundo Silva (2009), são raros os casos em que os pais ouvintes com filhos surdos resolvem criar um ambiente linguístico adequado ao desenvolvimento da criança surda e, ainda mais raro, levá-los a uma escola de surdos e associações de surdos. Alguns aspectos importantes da identidade surda ainda são vistos de maneira muito negativa por suas famílias. Para o senso comum, os surdos ainda são ouvintes deficientes (LEITE, 2004).

Devido às barreiras linguísticas, os familiares ouvintes pouco conversam com os surdos. Dalcin (2006), através do estudo de surdos adultos que nasceram surdos e que tiveram um contato tardio com a língua de sinais, percebeu que a compreensão dos assuntos abordados em família circulava em uma dimensão menos metaforizada, em que diversos

temas eram concebidos “ao pé da letra”. A qualidade e a quantidade de informações eram comprometidas, principalmente ao se tratar de assuntos abstratos.

Ainda de acordo com a autora, essa realidade traz uma série de desafios e restrições em relação à aquisição de língua. Crianças surdas, neste cenário, não são expostas a uma língua propriamente dita, com toda sua estrutura e usada nos mais diversos contextos de uso. Isso faz com que as crianças, em casa, sejam pouco estimuladas em nível de linguagem e, conseqüentemente, tenham pouco conhecimento de mundo, quando comparadas a crianças ouvintes de mesma faixa etária. As barreiras de comunicação não param por aí. Aliás, muitos ouvintes ignoram a intensidade e a duração com que as barreiras linguísticas se impõem na vida das pessoas surdas.

A criança surda deve ter acesso o quanto antes à língua de sinais, cuja modalidade vai ao encontro de sua potencialidade visual, permitindo a aquisição espontânea de um sistema linguístico, bem como o desenvolvimento de habilidades funcionais provenientes da língua em uso. Strobel (2008, p. 17) exemplifica que, ao ter contato com a comunidade surda, seu mundo abriu as portas, pôde enfim “explorar e expandir para fora tudo o que estava insuportavelmente sufocado” dentro de si.

De acordo com Quadros (1997), o ideal é que os pais, após o primeiro contato com o profissional da saúde sobre o diagnóstico da surdez, tenham também acesso a informações sobre o universo surdo. O contato com profissionais da educação, como professores bilíngues, intérpretes de libras e, principalmente, professores/ adultos surdos é necessário, para referenciar a possibilidade de os surdos serem adultos viáveis, representativos na sociedade, aptos, funcionais e independentes. A criança surda deve, desde sempre, manter estes contatos.

O QUE É SER SURDO?

Muitos definem o surdo a partir da deficiência, da falta do sentido da audição. Definem-no referenciando naquele que ouve, acarretando a idéia de que ser surdo é não ouvir, não falar, não se comunicar e não entender. Todas estas representações em que o surdo é visto de um ponto de vista clínico-patológico são denominadas de ouvintismo (SKLIAR, 2005). O surdo, desta forma, é apreendido como se possuísse um corpo danificado. É uma pessoa ouvinte, mas que possui algum problema, o que coloca o não-surdo sempre numa posição de superioridade.

A constituição das identidades se inicia com o reconhecimento das diferenças. Essas duas forças, criadas no contexto das relações culturais e sociais, estão numa relação de poder. É no processo de diferenciação que a identidade e a diferença são nomeados, o que acaba por dividir, classificar e hierarquizar tais fenômenos. A idéia de normalização surge nesta disputa, que nada mais é do que eleger uma identidade, dentre todas as outras, como a mais positiva, que passa a ser vista como a mais desejável, simplesmente a identidade normal (SILVA, 2000).

Ninguém vive baseado na sua deficiência e sim sobre seu equivalente funcional. De acordo com Perlin (2005), os surdos têm diferença e não deficiência. Os surdos são sujeitos que se constituem a partir de uma experiência única, longe da idéia da falta de audição. Ao contrário do que muitos pensam, os surdos não possuem a sensação de perda. Ser surdo é pertencer a uma comunidade que faz significação de mundo a partir da diferença surda. Comunicam-se, vivenciam uma cultura e desenvolvem suas identidades baseadas nesta maneira de se posicionar.

Strobel (2008, p. 31) mostra que ser surdo, ao longo da história, não foi fácil, tendo em vista as inúmeras injustiças sofridas por não aceirarem o diferente. A autora coloca que

[o] povo ouvinte por falta de conhecimentos nomeia erroneamente os sujeitos surdos, muitas vezes vêm-nos com inferioridade. A sociedade não conhece nada sobre o povo surdo e, na maioria das vezes, fica com receio e apreensiva, sem saber como se relacionar com os sujeitos surdos, ou tratam-nos de forma paternal, como “coitadinhos”, ou lidam como se tivéssemos “uma doença contagiosa”, ou de forma preconceituosa e outros estereótipos causados pela falta de conhecimento (STROBEL, 2008, p. 31).

Uma forma de manifestação etnocêntrica, ainda que velada, é a defesa de valores culturais universais, comuns a todos nós, atenuando as diferenças e igualando a diversidade humana (BENNET, 1993). Perlin (2005) nos alerta sobre essa tentativa em relação ao surdo, com o argumento da integração que admite a diversidade, mas não a diferença. A autora inclusive, afirma que a cultura surda não se mistura à ouvinte, numa forma positiva de romper com a idéia de que o surdo tem que ser um ouvinte.

As culturas são móveis, discordantes, em contínua construção, assim como as sociedades, em intercâmbio mutualístico. Da mesma forma, é errôneo pensar a identidade como algo estanque. Exibimos uma pluralidade interna que é ingênuo admitir a identidade como algo definido e definitivo. Estamos sempre em formação. A essência que nos constitui é algo poroso, sem limites claros (INNERRARITY, 2004). A exemplo desse hibridismo

cultural, Quadros e Sutton-Spence (2006, p. 111) mencionam que os surdos possuem aspectos comuns enquanto pessoas surdas, mas também partilham traços em conjunto de suas comunidades nacionais.

A identidade e a cultura das pessoas surdas são complexas, já que seus membros freqüentemente vivem num ambiente bilíngüe e multicultural. Por um lado, as pessoas surdas fazem parte de um grupo visual, de uma comunidade surda que pode se estender além da esfera nacional, no nível mundial. É uma comunidade que atravessa fronteiras. Por outro lado, eles fazem parte de uma sociedade nacional, com uma língua de sinais própria e com culturas partilhadas com pessoas ouvintes de seu país (QUADROS; SUTTON-SPENCE, 2006, p. 111).

Admitir a cultura/ identidades surdas apenas em oposição à cultura/ identidades ouvintes cria um mito perigoso: ver a identidade como algo fixo, rígido, em que todos os sujeitos surdos se enquadram na ilusória normalidade em ser surdo (GESSER, 2009). A afirmação de que os surdos compartilham da mesma cultura/ identidades, pelo simples fato de serem surdos, não é verdade. Há surdos oralizados, surdos negros, surdos cegos, surdos índios, surdos do interior, surdos gays. Os surdos são plurais, em suas múltiplas identidades (PERLIN, 2005).

Os surdos existem em todos os tempos da história da humanidade e com eles, as línguas sinalizadas, deixando seus traços visuais; marcas acerca da diferença surda, do seu modo de enxergar, discutir e descrever o mundo (STROBEL, 2008).

IDEIAS EQUIVOCADAS

Ainda é freqüente os aprendizes de libras trazerem concepções equivocadas, acreditando que as línguas de sinais seriam incapazes de expressar conceitos e idéias abstratos. Da mesma forma, não há uma única e universal língua de sinais no mundo. Conforme mencionado anteriormente, temos no mundo 144 línguas de sinais com algum nível de descrição. No Brasil, inclusive, temos descrita a língua de sinais kaapor brasileira⁶, que foi utilizada por uma comunidade de indígenas surdos no estado do Maranhão, diferente da libras (FERREIRA, 2010).

Sobre a libras, a idéia de que esta seja o português feito pelas mãos é muito comum, em que os sinais substituem as palavras, ou ainda, que toda a língua seria baseada apenas no alfabeto manual. Importante ressaltar que o português e a libras são línguas distintas, inclusive

⁶ A língua de sinais kaapor brasileira é considerada uma língua extinta. Informação disponível em www.ethnologue.com

línguas de modalidade diferente, o que acarreta em manifestações estruturais específicas. Certamente, uma vai apresentar aspectos gramaticais que inexistem na outra, e vice-versa.

As línguas de sinais também possuem sistemas de escrita, como o sistema SingWriting e o sistema Elis. A Figura 2 e a Figura 3 mostram, respectivamente, trechos de artigos publicados em SignWriting e Elis.



Figura 2 – Texto em SignWriting

Fonte: Leão (2019)

Tradução: O Brasil possui inúmeras leis que asseguram acessibilidade, uso e difusão da libras e uma educação bilíngue para surdos. Todas elas apoiam a escrita de sinais. Mas, não vemos o uso social da escrita de sinais. Somos, então, desafiados a pensar em estratégias em relação a políticas linguísticas em escrita de sinais.

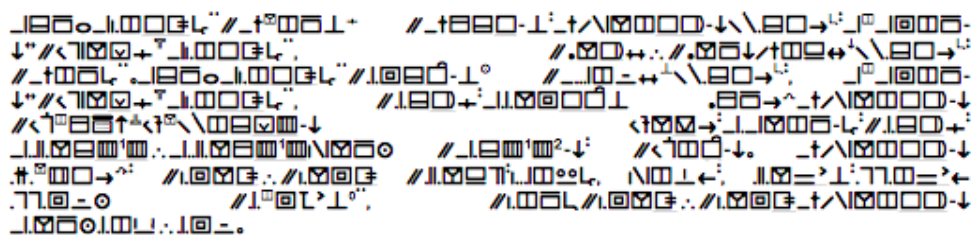


Figura 3 – Texto em Elis

Fonte: Fernandes, Silva e Khouri (2017)

Tradução: Esta seção da Revista Sinalizar é destinada à publicação de textos escritos em Libras/ELiS, ou seja, na modalidade escrita da Libras, por meio da ELiS, que é o sistema Brasileiro de escrita das línguas de sinais. O objetivo desta seção, além de divulgar a escrita em Libras/ELiS, é apresentar parte dos textos produzidos nos Cursos de Letras/Libras e Letras Tradução e Interpretação em Libras/Português da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (UFG). São adaptações de contos e fábulas, histórias da tradição oral, algumas vezes transformadas em textos de Literatura Surda.

Logo, as línguas de sinais não são ágrafas. Mas, como sugere Estelita (2008, p. 16),

[t]ais sistemas ainda não se ‘firmaram’ entre as comunidades de surdos. Ainda que haja bastante interesse em aprendê-los, não se vêem seus usos sociais. As razões para isto devem ser seriamente pesquisadas, com profundidade. Por enquanto, apenas levanto a hipótese ainda não confirmada de que a causa disto não seja uma falha nos sistemas de escrita, nem mesmo na divulgação destes entre as comunidades surdas. O motivo parece mais ser uma questão cultural de dominação das Línguas Oraís. A escrita em Língua de Sinais ainda não é uma escrita ‘socialmente autorizada’, (...) assim como ainda é grande a resistência ao uso, ou mesmo à existência das Línguas de Sinais (ESTELITA, 2008, p. 16).

As línguas de sinais são, portanto, sistemas linguísticos legítimos. Ignorar ou desconhecer esta verdade cria uma série de inconvenientes na relação entre surdos e ouvintes, acarretando em graves prejuízos também nas relações familiares, formação educacional e profissional (QUADROS, 1997).

Como língua, o processo de aprendizagem de qualquer língua de sinais, como segunda língua, não acontece instantaneamente. Curiosamente, com frequência, as pessoas ouvintes se rotulam professores bilíngues ou intérpretes após com uma carga horária instrutiva de poucas horas. Leite e McCleary (2009) colocam que alunos ingressos em cursos de línguas orais dificilmente acreditam que se tornarão proficientes em pouco tempo.

AFINAL, OS SURDOS FALAM?

É talvez sob esta questão que repousa o maior mito sobre o surdo. Os termos surdo-mudo, mudo, mudinho, observado com frequência no discurso de pessoas que não tiveram contato com os surdos e a sua diferença, carregam uma perspectiva de perda e, mais uma vez, uma idéia de que a pessoa ouvinte é o modelo de normalidade. Implicitamente, tais nomenclaturas enquadram o surdo na incapacidade, um termo altamente pejorativo.

Da mesma forma, o termo deficiente auditivo não é adequado para se referir ao surdo. O deficiente auditivo se refere ao ouvintes, usuários de línguas orais, que perderam a audição. Logo, experienciam a sensação de perda. Entretanto, de acordo com Leão e Albuquerque (2019) e Leite (2004), a classificação da surdez enquanto deficiência é um fator de equiparação social ainda necessário. Dessa forma, as políticas afirmativas destinadas às pessoas com deficiência, previstas na legislação, ao contemplarem os surdos brasileiros, não derrubam as discussões sobre surdez enquanto diferença. Inclusive, a legislação brasileira também reconhece a surdez enquanto diferença linguístico-cultural. O Decreto 5.626/05, a exemplo, considera pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Falar não se limita ao ato motor de articulação de sons, nem ao uso uma língua oral. O falar significa estabelecer uma comunicação através de um artefato simbólico complexo que se enquadre nos conceitos de língua, independente de sua modalidade. Diz respeito à produção do falante que deve ser sempre analisada em uma relação de interação.

Caso um indivíduo seja usuário de libras, ele fala nesta língua. Expressa suas opiniões, adquire valores, faz significação de mundo por meio dela. Reclama, elogia, briga, brinca, aconselha, conta piadas, discute política e filosofia através da libras. Apenas para especificar as diferenças de produção e percepção, de forma a resguardar as propriedades inerentes a cada modalidade, é comum os dos termos *línguas faladas* para referenciar as línguas de modalidade oral-auditiva e *línguas sinalizadas* para as línguas gestuais-visuais.

Não há dúvida de que os surdos falam. A palavra falar é ampla, abrangendo igualmente as línguas de sinais.

REFERÊNCIAS

BENNETT, M. J. Towards Ethnorelativism: A developmental model of intercultural sensitivity. In: PAIGE, M. (Org). **Education for intercultural experience**. Yarmouth, ME: Intercultural Press, 1993. P. 21-71.

BRITO, A. M. W.; DESSEN, M. A. Crianças surdas e suas famílias: um panorama geral. **Psicologia Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v. 12, n. 12. 1999.

CARNEIRO, Bruno Gonçalves. **Emergência de um padrão surdo em português escrito**. Revista Porto das Letras. Sociolinguística: os olhares do sul na desestabilização dos modelos herdados, Porto Nacional, v. 4, n. 1, p. 119-132. 2018.

CARNEIRO, Bruno Gonçalves. **Marcação de masculino e feminino na libras**. In: AZERÊDO, Anabel Medeiros de *et al* (Org.). Caderno de resumos do X Congresso Internacional da ABRALIN – Pesquisas linguísticas e compromisso político. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017, p. 246-247.

CARNEIRO, Bruno Gonçalves; LEÃO, Renato Jefferson Bezerra; MIRANDA, Roselba Gomes de. **Língua de Sinais, Identidades e Cultura Surda no Tocantins**. Volume 1. North Charleston: Amazon Digital Services, 2019. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/332865266_Lingua_de_Sinais_Identidades_e_Cultura_Surda_no_Tocantins_-_Volume_I. Acesso em 11 de fevereiro de 2019.

CARNEIRO, Bruno Gonçalves; LEÃO, Renato Jefferson Bezerra; MIRANDA, Roselba Gomes de. **Língua de Sinais, Identidades e Cultura Surda no Tocantins**. Volume 1. North Charleston: Amazon Digital Services, 2019. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/332865266_Lingua_de_Sinais_Identidades_e_Cultura_Surda_no_Tocantins_-_Volume_I. Acesso em 11 de fevereiro de 2019.

COELHO, Lia Cláudia. Experiência de vida na surdo cegueira. In: CARNEIRO, Bruno Gonçalves; LEÃO, Renato Jefferson Bezerra; MIRANDA, Roselba Gomes de. **Língua de Sinais, Identidades e Cultura Surda no Tocantins**. Volume 1. North Charleston: Amazon Digital Services, 2019, p. 01-12. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/332865266_Lingua_de_Sinais_Identidades_e_Cultura_Surda_no_Tocantins_-_Volume_I. Acesso em 11 de fevereiro de 2019.

ESTELITA, M. **Elis – Escrita das Línguas de Sinais: proposta teórica e verificação prática**. 2008. 199 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CASAL, I. I. Comunicación intercultural y enseñanza de lenguas extranjeras: hacia la superación del etnocentrismo. **Boletín de la Asociación para la enseñanza del español como lengua extranjera**, n. 21, nov. 1999, p. 13-23.

DALCIN, Gladis. Um estranho no ninho: um estudo psicanalítico sobre a constituição da subjetividade do sujeito surdo. In: QUADROS, Ronice Muller. (Org). **Estudos Surdos I**. Petrópolis: Editora Arara Azul. Série de Pesquisas, 2006, p. 186-217.

FERNANDES, I. O lugar da identidade e da diferença nas relações sociais. **Revista virtual textos e contextos**, n. 06, dez, 2006.

FERREIRA, Lucinda. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Editora

Tempo Brasileiro. Reimpressão. 2010.

FIGUEIREDO, C. J. **Construindo pontes: a produção oral dialógica dos participantes do processo ensino-aprendizado de inglês como língua-cultura estrangeira**. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

GESSER, A. Do patológico ao cultural na surdez: para além de um e de outro ou para uma reflexão crítica de paradigmas. In: QUADROS, R.M; STUMPF, M. R. (Org.). **Estudos Surdos IV: Série de Pesquisas**. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2009. p. 278-309.

INNERARITY, D. Educar para uma sociedade multicultural. In: CASTRO, G. C.; DRAVET, F. (Orgs). *Sob o céu da Cultura*. Brasília: Thesaurus; Casa das Musas, 2004. p. 59-74.

LEÃO, Renato Jefferson Bezerra. Por uma política linguística em escrita de sinais no Tocantins. In: CARNEIRO, Bruno Gonçalves; LEÃO, Renato Jefferson Bezerra; MIRANDA, Roselba Gomes de. **Língua de Sinais, Identidades e Cultura Surda no Tocantins**. Volume 1. North Charleston: Amazon Digital Services, 2019, p. 113-136.

LEÃO, Renato Jefferson Bezerra; ALBUQUERQUE, Mariana Ferreira. Os desafios para o surdo no ambiente de trabalho. In: CARNEIRO, Bruno Gonçalves; LEÃO, Renato Jefferson Bezerra; MIRANDA, Roselba Gomes de. **Língua de Sinais, Identidades e Cultura Surda no Tocantins**. Volume 1. North Charleston: Amazon Digital Services, 2019, p. 91-102.

LEITE, T. A. **O ensino de segunda língua com foco no professor: História oral de professores surdos de língua de sinais brasileira**. 2004. 239 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LEITE, T. A.; MCCLEARY, L. Estudo em diário: fatores complicadores e facilitadores no processo de aprendizagem da Língua de Sinais Brasileira por um adulto ouvinte. In: QUADROS, R.M; STUMPF, M. R. (Org.). **Estudos Surdos IV: Série de Pesquisas**. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2009. p. 242-277.

LEITE, Tarcísio de Arantes; QUADROS, Ronice Muller de. Línguas de sinais do Brasil: reflexões sobre o seu estatuto de risco e a importância da documentação. In: STUMPF, Marianne; QUADROS, Ronice Muller de; LEITE, Tarcísio de Arantes. **Estudos da Língua Brasileira de Sinais II**. Florianópolis: Insular, 2014. Cap. 1. p. 15-28.

MEIER, R. P. Why different, why the same? Explaining effects and non-effects of modality upon linguistic structure in sign a speech. In: MEIER, R. P.; CORMIER K.; QUINTO-POZOS, D. (Ed) **Modality and Structure in Signed and Spoken Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 1-26.

PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 3. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005. 192 p.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: A aquisição da linguagem**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 1997. 126 p.

QUADROS, R. M.; SUTTON-SPENCE, R. Poesia em língua de sinais. Traços da identidade surda. In: QUADROS, R. M. (Org). **Estudos Surdos I: Série de Pesquisas**. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2006. p. 110-165.

QUADROS, R. M.; SOUSA, S. X. Aspectos da tradução/encenação na língua de sinais brasileira para um ambiente virtual de ensino: práticas tradutórias do curso de letras libras. In: QUADROS, R. M. (Org). **Estudos Surdos III**. Petrópolis: Editora Arara Azul. Série de Pesquisas, 2008, p. 168-207.

RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? Tradução de Almiro Pisetta. In: SIGNORINI, I. (Org.). **Língua(gem) e identidade**. Campinas: Mercado das letras, 2006. p. 21-46.

SILVA, A. B. P.; ZANOLLI, M. L.; PEREIRA, M. P. Surdez: relato de mães frente ao diagnóstico. **Estudos de Psicologia**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 175-183, 2008.

SILVA, V. **A política da diferença: educadores-intelectuais surdos em perspectiva**. 2009. 184f. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Pós - Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SILVA, T. S. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. P. 73-102.

SKLIAR, C. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: _____ **A surdez**. Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005. p. 7-32.

STROBEL, K. L. **Surdos: vestígios culturais não registrados na história**. 2008. 176f. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

*Recebido em 01 de Junho de 2019.
Aprovado para publicação em 12 de junho de 2019.*